

MINERAÇÃO, DESENVOLVIMENTO LOCAL E COESÃO SOCIAL EM ANGOCHE

Diálogo e mediação estratégica como meios de prevenção de conflitos em contextos extractivos

Iniciativa implementada em parceria com a Associação OLICANISSA

- A exploração mineira em contextos socialmente frágeis tem-se revelado um dos principais focos de tensão entre comunidades, empresas e Estado em Moçambique. Entre os principais factores de tensão e conflito nos territórios mineiros está a ausência de mecanismos institucionalizados de diálogo, transparência e responsabilização na implementação dos Planos de Responsabilidade Social (PRS). Nestes contextos, o diálogo e a mediação estratégica e participativa têm, de forma crescente, se consolidado como mecanismos viáveis para prevenção de conflitos.



Exploração de areias pesadas pela Haiyu Mozambique Mining (HMM), distrito de Angoche



A revisão do PRS deve ser conduzida de forma inclusiva e baseada em evidência, incorporando as prioridades efectivamente identificadas pelas comunidades e os desafios específicos do território. Um PRS revisto de forma participativa, com objectivos claros, indicadores de impacto e mecanismos conjuntos de monitoria e avaliação, tem maior potencial para contribuir para o desenvolvimento local, reforçar a coesão social e reduzir riscos de conflito associados à actividade extractiva.

Este texto analisa o caso de Angoche, na província de Nampula, como um exemplo ilustrativo dos dilemas e potencialidades associadas à governação social da mineração em Moçambique. Partindo da experiência concreta de implementação do Plano de Responsabilidade Social (PRS) e do processo de mediação em curso, a reflexão procura discutir até que ponto o diálogo estratégico pode contribuir para a prevenção de conflitos, a promoção da coesão social e a criação de condições mínimas de estabilidade em contextos extractivos marcados por desigualdades estruturais e fragilidades institucionais.

O texto está estruturado em três partes. Na pri-

meira, apresenta-se o caso da exploração mineira em Angoche, com foco na operação da Haiyu Mining e nas tensões sociais associadas à implementação do Plano de Responsabilidade Social. Na segunda parte, analisa-se a resposta em curso baseada no diálogo e na mediação estratégica, discutindo o modelo emergente de prevenção de conflitos assente na facilitação de diálogo estruturado, capacitação de actores e incidência baseada em evidência. Por fim, a terceira parte projeta o olhar para o futuro, avançando recomendações orientadas para a consolidação institucional do modelo e para o reforço da governação local, da coesão social e da prevenção sustentável de conflitos em contextos extractivos.

1. O caso da Haiyu Mining em Angoche

No distrito de Angoche, província de Nampula, a operação mineira da Haiyu (Mozambique) Mining Co. Lda. constitui um caso paradigmático do impacto da mineração sobre o tecido social, meios de subsistência e governação local.

A empresa Haiyu (Mozambique) Mining Co. Lda., criada em 2010, explora ilmenite e zircão numa área de 5.051,76 hectares, abrangendo 15 comunidades e afectando cerca de 120 mil habitantes. O seu licenciamento é válido até 2036, e a empresa emprega mais de 500 trabalhadores, maioritariamente nacionais.

A presença da operação mineira alterou de forma significativa as dinâmicas económicas e sociais locais¹. Por um lado, a empresa passou a ser percebida como um actor central no território, associada à criação de empregos, à provisão de alguns serviços sociais e à promessa de desenvolvimento local. Por outro, a expansão da actividade extractiva implicou a ocupação de terras, impactos ambientais, a reconfiguração de espaços produtivos e a introdução de novas assimetrias no acesso a oportunidades económicas. Estes impactos são reclamados, não apenas pelas comunidades, mas também pelo governo ao nível local.²

Para responder a estas expectativas e mitigar

impactos negativos das suas actividades, foi aprovado um Plano de Responsabilidade Social (PRS) com investimentos previstos em áreas como educação, saúde, água, energia, infra-estruturas e promoção de meios de subsistência³. No plano formal, o PRS, assente em princípios de equidade, transparência e monitoria contínua, surge como o principal instrumento de articulação entre a exploração mineira e o desenvolvimento local. Na prática, contudo, a sua implementação tem sido marcada por desafios.

Conforme atestam as coberturas realizadas pela mídia e evidências colectadas pelas organizações da sociedade civil⁴, apesar dos compromissos assumidos, a implementação do PRS tem sido parcial, gerando frustração, desconfiança e tensões sociais. As comunidades e trabalhadores reportam fraca materialização dos investimentos sociais, exclusão de jovens e membros comunitários em programas de formação, défices de protecção laboral, interferência política e baixa transparência na gestão de fundos comunitários, bem como ausência de canais eficazes de diálogo e prestação de contas. Este contexto cria riscos reais para a paz social, a estabilidade local e a sustentabilidade da própria operação mineira.

¹ Centro de Integridade Pública (CIP). (2024). Mineração predatória: Impactos socioeconómicos e ambientais da exploração de areias pesadas pela empresa Haiyu Mining para as comunidades do distrito de Angoche. Maputo, Moçambique: Centro de Integridade Pública. <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2024/09/MINERACAO-PREDATORIA-2.pdf>

² Agência de Informação de Moçambique (AIM). (2025, 17 de julho). Mining companies accused of excluding local labor in Angoche. <https://aim-news.org/2025/07/17/mining-companies-accused-of-excluding-local-labor-in-angoche/>

³ Haiyu Mining. (s.d.). Plano de responsabilidade social. <https://www.haiyumining.net/plano-de-responsabilidade-social>

⁴ O País – A verdade como notícia. (2024, 1 de junho). Exploradores de areias pesadas em Nampula não cumprem sua responsabilidade social. <https://opais.co.mz/exploradores-de-areias-pesadas-em-nampula-nao-cumprem-sua-responsabilidade-social/>

Deutsche Welle. (2019, 18 de janeiro). Nampula: População de Angoche insatisfeita com contributos de mineradora chinesa. DW África. <https://www.dw.com/pt-002/nampula-popula%C3%A7%C3%A3o-de-angoche-insatisfeita-com-contributos-de-mineradora-chinesa/g-47139436>



Manifestação da comunidade local sobre a gestão e funcionamento do Fundo Rotativo da mineradora Haiyu Mozambique Mining (HMM)

As tensões sociais associadas à operação da Haiyu não podem ser interpretadas apenas como episódios isolados de contestação, mas como expressão de fragilidades estruturais na governação da mineração ao nível local. O caso da Haiyu em Angoche evidencia, assim, que a

prevenção de conflitos em contextos extractivos depende menos da existência formal de instrumentos como o PRS e mais da forma como estes são apropriados, monitorados e integrados num quadro mais amplo de governação participativa e responsabilização pública.

2. Resposta em curso: mediação estratégica, capacitação e prevenção de conflitos

Apesar dos desafios persistentes e das tensões associadas à exploração mineira em Angoche, o contexto local revela dinâmicas que distinguem este território de outras experiências extractivas no país. Um desses elementos é a abertura demonstrada pela empresa para participar em processos de diálogo, criando condições mínimas para a construção de pontes para gestão de conflitos. É neste espaço, ainda frágil, mas relevante, que diversos actores, mormente a sociedade civil, têm procurado estruturar respostas que vão além da reacção pontual à contestação social.

Em contextos extractivos, a contestação social raramente decorre apenas de “falta de comunicação”. Regra geral, emerge da combinação entre expectativas elevadas de desenvolvimento, fraca prestação de contas, assimetrias de poder e limitada capacidade institucional para regular e fiscalizar. Por isso, a resposta eficaz tende a ex-

igir um modelo que transforme tensões em processos estruturados de governação local, onde comunidades, Estado e sector privado sejam chamados a interagir com regras, evidência e compromissos verificáveis. Este é o modelo que vem sendo ensaiado, ainda que em fase emergente, nos últimos tempos, por organizações da sociedade civil, caso do CDD, em parceria com a Associação OLICANISSA.

O modelo opera de forma integrada em três dimensões interdependentes. A primeira é a facilitação de diálogo estruturado, que cria espaços regulares e regras claras de interação, reduzindo a probabilidade de escalada do conflito. A segunda é o reforço de capacidades institucionais e comunitárias, entendido como condição para equilibrar relações de poder e garantir participação substantiva, e não meramente formal. A terceira dimensão é a incidência ba-

seada em evidência, que converte percepções sociais e reivindicações difusas em informação sistematizada, permitindo compromissos verificáveis e responsabilização. A eficácia do modelo resulta precisamente da articulação destas dimensões: diálogo sem capacitação tende a reproduzir desigualdades; capacitação sem canais institucionais perde impacto; e incidência sem espaços de negociação raramente se traduz em mudança prática.

Já em 2024, num contexto de crescente contestação em torno dos impactos da mineração em Angoche, era visível um engajamento multis-

sectorial activo na busca de soluções para a promoção da coesão social e do desenvolvimento local. Com efeito, organizações juvenis e comunitárias apoiadas pelo CDD participaram em sessões de diálogo, incluindo o acompanhamento dos Conselhos de Ligação Comunitária e sessões de monitoria da implementação do PRS da mineradora⁵. Estes espaços permitiram identificar preocupações ambientais, sociais e laborais, ao mesmo tempo que reforçaram a participação comunitária e juvenil nos processos de tomada de decisão, criando bases para uma abordagem mais preventiva da gestão de conflitos.



Associação OLICANISSA e CDD promovem diálogo multisectorial no distrito de Angoche

⁵ Agência de Informação de Moçambique (AIM). (2025, 17 de julho). Mining companies accused of excluding local labor in Angoche. <https://aimnews.org/2025/07/17/mining-companies-accused-of-excluding-local-labor-in-angoche/>
Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD). (2023, 18 de agosto). Destaques das actividades realizadas pelos Youth Hubs nos últimos sete dias (Youth Hubs – Destaques Semanais, N.º 8, Ano V). <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Destaques-das-actividades-realizadas-pelos-Youth-Hubs-nos-ultimos-sete-dias.pdf>
Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD). (2024, 21 de abril). Destaque das Actividades Realizadas pelos Youth Hubs na semana de 04 a 09 de março (Juventude/Youth, N.º 83). <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Realizadas-pelos-Youth-Hubs-na-semana-de-04-a-09-de-marco.pdf>
Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD). (2024, maio). Juventude liderando a coesão social e a igualdade de género: O impacto das actividades dos Youth Hubs em maio de 2024 (Youth Hubs – Destaques Mensais, Ano VI). <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/5.-Maio-Juventude-Liderando-a-Coesao-Social-e-a-Igualdade-de-Genero-O-Impacto-das-Atividades-dos-Youth-Hubs-em-Maio-de-2024.pdf>

Capitalizando o espaço e pré-disposição para o diálogo criado, em 2025, o CDD em articulação com a Plataforma Distrital das Organizações da Sociedade Civil de Angóche, através da Associação OLICANISSA, tem vindo a encetar esforços para operacionalizar um processo completo de mediação estratégica entre a empresa, comunidades afectadas e autoridades locais. Essencialmente, a abordagem assenta nos três eixos retromencionados:

1. Facilitação de diálogo estruturado

- Criação de espaços regulares de escuta comunitária e diálogo entre comunidades, empresa e autoridades municipais;
- Mediação de preocupações ligadas à implementação do PRS, inclusão comunitária e gestão de benefícios;
- Redução de tensões e prevenção de protestos e conflitos abertos.

2. Capacitação de actores-chave

- **Sector privado:** sensibilização da empresa para práticas de responsabilidade social baseadas em participação, transparência e prevenção de conflitos;
- **Autoridades locais:** reforço de capacidades para gestão participativa de benefícios, prestação de contas e mediação de conflitos

tos comunitários;

- **Sociedade civil e lideranças comunitárias:** fortalecimento de competências em diálogo, monitoria social, incidência construtiva e acompanhamento do PRS.

3. Incidência baseada em evidência

- Sistematização de preocupações comunitárias e lacunas de implementação;
- Produção de informação para apoiar decisões da empresa e das autoridades;
- Promoção de soluções alinhadas com desenvolvimento local e paz social.

Embora estas iniciativas já revelem sinais encorajadores, a sua consolidação exige que o processo seja escalado e implementado de forma mais estruturada e sistemática. A experiência acumulada demonstra que intervenções pontuais, ainda que relevantes, não são suficientes para produzir mudanças duradouras em contextos marcados por fragilidades institucionais e assimetrias de poder. O próximo passo deverá, por isso, centrar-se na institucionalização do modelo de mediação estratégica, no reforço contínuo de capacidades locais e na criação de mecanismos formais de monitoria e prestação de contas, permitindo transformar ensaios promissores em práticas sustentáveis de governação extractiva e prevenção de conflitos.

3. Olhando para o futuro: que recomendações para consolidar a prevenção de conflitos em contextos extractivos?

A experiência de Angóche sugere que a prevenção sustentável de conflitos em contextos extractivos exige a passagem de iniciativas emergentes para arranjos institucionais mais robustos, previsíveis e inclusivos. Para o efeito, é preciso privilegiar a consolidação de mecanismos que transformem o diálogo, a responsabilidade social e a participação comunitária em práticas estruturantes da governação local.

1. Consolidar e institucionalizar plataformas locais de diálogo como mecanismo permanente de prevenção de conflitos

É fundamental que os espaços de diálogo entre comunidades, empresa e autoridades

locais deixem de funcionar de forma ad hoc ou reactiva e sejam institucionalizados como mecanismos permanentes de governação local. A consolidação destas plataformas deve garantir regras claras de funcionamento, representatividade equilibrada dos actores e ligação efectiva aos processos formais de tomada de decisão ao nível distrital e municipal, permitindo antecipar tensões, gerir expectativas e prevenir a escalada de conflitos.

2. Reforçar capacidades do sector privado para implementar o PRS com transparência, participação e foco em impacto real

O sector privado necessita de reforço de ca-

pacidades técnicas e institucionais para transformar o PRS de um instrumento formal de cumprimento regulatório num mecanismo efectivo de desenvolvimento local. Tal implica a adopção de práticas de planeamento participativo, definição de critérios claros de selecção de beneficiários, transparência na gestão de fundos e monitoria sistemática dos resultados, assegurando que os investimentos sociais geram impactos tangíveis e sustentáveis nas comunidades afectadas.

3. Capacitar autoridades locais para uma gestão responsável, participativa e auditável dos recursos sociais

As autoridades locais desempenham um papel central na coordenação e fiscalização da responsabilidade social associada à mineração, mas enfrentam frequentemente limitações de capacidade técnica e institucional. O reforço das suas competências em gestão participativa, prestação de contas e auditoria social é essencial para assegurar que os recursos destinados ao desenvolvimento local sejam geridos de forma responsável, transparente e alinhada com os planos de desenvolvimento distrital.

4. Fortalecer o papel da sociedade civil na monitoria, mediação e acompanhamento dos compromissos sociais

A sociedade civil constitui um actor-chave na prevenção de conflitos e na promoção da responsabilização, funcionando como ponte entre comunidades, Estado e sector privado. O seu fortalecimento passa por investimento contínuo em capacitação, acesso à informação e reconhecimento do seu papel nos processos de diálogo e monitoria, permitindo-lhe acompanhar a implementação dos compromissos sociais, mediar tensões emergentes e contribuir para soluções construtivas e sustentáveis.

5. Rever o Plano de Responsabilidade Social de forma participativa, alinhando-o com prioridades reais de desenvolvimento local e paz social

A revisão do PRS deve ser conduzida de forma inclusiva e baseada em evidência, incorporando as prioridades efectivamente identificadas pelas comunidades e os desafios específicos do território. Um PRS revisto de forma participativa, com objectivos claros, indicadores de impacto e mecanismos conjuntos de monitoria e avaliação, tem maior potencial para contribuir para o desenvolvimento local, reforçar a coesão social e reduzir riscos de conflito associados à actividade extractiva.



MISSÃO:

Inspirar e impulsionar ações para proteger os direitos humanos, fortalecer a democracia e promover a justiça.

MISSION:

Inspiring and driving actions to protect human rights, strengthen democracy, and promote justice.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique



FORD
FOUNDATION



UNIÃO EUROPEIA